

Reforma do regimento deve limitar uso da palavra

Comissão que debate mudanças quer extinguir a fala "pela ordem", anuncia Camata. 2



Gerson Camata (E, ao lado de Marco Maciel e Antônio Carlos Valadares) é relator da comissão que debate mudanças no Regimento Interno do Senado

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 2.963 – Brasília, quarta-feira, 18 de fevereiro de 2009

Sarney detalha cortes que garantem economia de 10%

Impressos, diárias e passagens, novas obras e contratações de serviços são os principais alvos das medidas de redução de gastos anunciadas pelo presidente do Senado, que determinou também estudo completo para diminuir "drasticamente" o número de órgãos da instituição, que conta com 36 secretarias. Outro ato da Presidência limita os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos consignados para servidores da Casa. 6

CPI da Pedofilia fará diligências em três estados

Na primeira reunião deste ano, a CPI da Pedofilia aprovou 19 requerimentos para realização de diligências, convocação de investigados, convite a testemunhas e participação em eventos. Primeiras diligências ocorrerão no Amazonas. 4

Ministro pede solução para entidades filantrópicas

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, defendeu a aprovação urgente de proposta que altere as regras para a certificação de entidades filantrópicas. O senador Flávio Arns quer uma lei que coíba falcatruas. 8



Alvaro Uribe (E) chega ao Congresso acompanhado por Sarney, com quem discutiu temas como o comércio Brasil-Colômbia

Líderes não chegam a acordo sobre comissões

Terminou sem acordo a reunião de líderes partidários sobre as indicações dos presidentes das comissões permanentes. O PTB reivindica a presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que, pela proporcionalidade, caberia ao PT. 4 e 5

Uribe destaca relações comerciais com o Brasil

Recebido no Congresso por José Sarney, o presidente da Colômbia disse que intercâmbio comercial quadruplicou nos últimos anos. Segundo ele, Brasil deve se tornar o maior investidor naquele país. 3

Relator do grupo que elabora uma minuta de projeto, Gerson Camata diz que o ponto mais polêmico está no artigo que regulamenta o uso da palavra pelos senadores

Comissão retoma debate sobre reforma do regimento

A COMISSÃO ESPECIAL de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal voltou a discutir ontem pontos polêmicos da minuta de projeto de resolução que reúne as mudanças no documento. A previsão é aprová-la até março. Segundo assinalou o relator da comissão, Gerson Camata (PMDB-ES), o maior problema está no artigo 14 do regimento, que trata do uso da palavra pelos senadores, principalmente porque, segundo ele, a invocação do “pela ordem” durante as sessões plenárias “serve hoje para tudo”.

Está sendo proposto o fim do mecanismo, mas deve ser mantida a “questão de ordem” (artigos 403 a 408), que se atém a dúvida sobre interpretação ou aplicação do regimento e foi alvo de uma regulamentação mais detalhada na minuta. Ainda sobre o uso da palavra, Camata assinalou que deverá ser mantida, por sugestão do vice-presidente da comissão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a possibilidade de um líder partidário delegar a fala da liderança a outro integrante da bancada. Como novidade, destacou a introdução do uso da réplica e da tréplica pelo líder.

– Temos que fazer um regi-



Camata (segundo à esquerda, ao lado de Maciel e Valadares) é relator da comissão

mento que seja obedecido e que dê eficácia às sessões – defendeu.

Valadares sugeriu também mudar a forma de indicação dos relatores nas comissões. Com vistas a favorecer os integrantes de partidos menores, ele defendeu um revezamento entre senadores por bancada, cabendo ao presidente da comissão a prerrogativa de indicar o relator em casos especiais.

O presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE), disse que o novo regimento deverá prever um “colégio de líderes” que poderia assumir, entre outras funções, a de formatar a redação final de proposições que,

assim, seguiriam direto para o Plenário. Essa sugestão partiu de Camata, que defendeu ainda a definição da pauta da ordem do dia com uma semana de antecedência, sem a introdução de matérias de última hora.

Quanto às sessões solenes, as modificações propostas limitam sua realização a quatro por mês e proíbem apartes. Marco Maciel também encaminhou proposta de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para impedir a promoção de tais sessões em junho e novembro, véspera do recesso parlamentar, quando os trabalhos se intensificam.

A comissão volta a reunir-se amanhã, às 10h.



Carteira foi vendida pelo BNDES ao HSBC sem concorrência, diz Alvaro Dias

Alvaro quer dados sobre venda da carteira Finame

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou a apresentação de requerimento solicitando ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, esclarecimentos sobre a venda ao HSBC, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da carteira de financiamentos da linha Finame.

O requerimento foi elaborado a partir de denúncia da Folha de S. Paulo segundo a qual o BNDES vendeu para o HSBC, por R\$ 8,3 milhões, carteira de créditos pendentes com valor aproximado de R\$ 650 milhões, sem concorrência. A carteira negociada era originária do Banco Bamerindus, que sofreu intervenção do Banco Central em 1997 e foi vendido ao HSBC.

Na semana passada, Alvaro Dias já havia apresentado requerimento em que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção e auditoria na operação. O senador voltou a classificar a transação como “suspeita” e condenou o “silêncio absoluto” das autoridades governamentais sobre a denúncia.

Alvaro solicita, entre outras, informações sobre o saldo devedor dos contratos quando da intervenção do Banco Central, em 1997.

Heráclito critica reforma do aeroporto de Teresina

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou em Plenário o projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Teresina anunciado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) no início do ano. As obras incluem melhoria do suporte de energia, alargamento de acessos, drenagem de água das chuvas, expansão da pista e tratamento de esgotos, e para sua execução está prevista a liberação de recursos federais da ordem de R\$ 3 milhões.

O senador apresentou abaixo-assinado de moradores da zona norte de Teresina, contrários à expansão do aeroporto, por temerem o aumento dos riscos de ocorrência de acidentes aéreos nas proximidades do aeroporto em razão de sua ampliação.

Na avaliação de Heráclito, o ideal seria que o governo federal demolisse o atual aeroporto e o transformasse em área habitacional. Com o dinheiro arrecadado na venda de terrenos poderia adquirir área ampla em local distante de centros urbanos, muito mais adequada à construção de um aeroporto de grande porte, capaz de atender a demandas futuras de Teresina.



Heráclito: ideal seria construir um terminal de grande porte longe do centro da cidade

Expedito pede transposição de servidores para a União

Expedito Júnior (PR-RO) pediu o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para a aprovação da proposta que determina a transposição dos servidores do extinto território de Rondônia para a União. A matéria (PEC 87/03) estabelece que os servidores transpostos constituirão quadro em extinção da administração federal, mas continuarão prestando serviços ao estado de Rondônia.

Expedito entregou a Sarney requerimento do governador de Rondônia, Ivo Cassol, que reivindica a transposição, e pediu que o presidente do Senado reúna-se com o presidente da Câmara, Michel Temer, para que a matéria seja votada logo.

– Nós vamos resolver o problema de 20 mil servidores públicos do nosso estado. Vamos economizar de R\$ 30 milhões a R\$ 33 milhões todos os meses – disse.



Expedito faz apelo para que a Câmara dos Deputados coloque PEC em votação

Sarney lembrou que ele próprio ainda não conseguiu regularizar de todo a situação dos servidores de seu estado, o Amapá, que também deixou de ser território. E se comprometeu a buscar uma solução para Rondônia, com a ajuda do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que, de acordo com Sarney, obteve sucesso na transposição dos servidores públicos de Roraima.

Catadora que devolveu R\$ 40 mil pode ter voto de louvor

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) apresentou ontem em Plenário requerimento de voto de louvor à catadora de materiais recicláveis Lourença Palma da Cunha. A mulher encontrou R\$ 40 mil no lixo de um supermercado do município paulista de Penápolis e os devolveu ao dono do estabelecimento.

– O gesto de dona Lourença, por mais singelo que pareça, reveste-se de um forte simbolismo em face de vir de pessoa tão simples e necessitada e de servir de grande exemplo para o resto do Brasil – disse.

Lendo matéria na página de O Globo Online, Jefferson



Jefferson Praia é autor do pedido em favor de dona Lourença da Cunha

destacou que dona Lourença sustenta sua família com cerca de R\$ 200 por mês – o mesmo valor da recompensa recebida pela devolução do dinheiro.

Começa em março programa para controle do tabagismo

As inscrições de pessoas que desejam parar de fumar, no programa Grupo de Controle do Tabagismo, da Secretaria de Assistência Médica do Senado, superaram as expectativas: na última sexta-feira, um dia após a abertura do prazo de adesões, já havia número para a formação de

dois grupos de 15 pessoas.

O trabalho será realizado com um grupo de cada vez. Os interessados participarão de cinco sessões às sextas-feiras, com início em 6 de março. O grupo será acompanhado por três meses, período durante o qual deverá fazer uso de medicamento.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Sessão deliberativa, às 14h, destinada a votações e pronunciamento. Pauta está sobrestada pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08), proveniente da MP 445/08, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio.

Senadores creem na entrada da Venezuela no Mercosul

A aprovação da emenda constitucional que permite a reeleição ilimitada do presidente Hugo Chávez não deverá dificultar a aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul. Essa é a opinião de senadores ligados ao governo e à oposição que integram a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O protocolo de adesão deve ser examinado hoje pela Representação. Seguirá depois para a CRE e será então submetido ao Plenário.

Aprovada com quase 55% dos votos dos venezuelanos, em referendo realizado no último domingo, a possibilidade de reeleição por diversas vezes do presidente do país vizinho não pode ser considerada como “o melhor caminho para a democracia”, opinou o presidente da Representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele observou, porém, que outros países, como a França, já contam com essa possibilidade, e que se deve respeitar a cultura política de cada nação.

– A adesão da Venezuela não é um plebiscito sobre Chávez, mas uma decisão a respeito de um país com o qual temos uma longa tradição de relações e com o qual temos o segundo maior superávit na balança comercial. O

isolamento da Venezuela não ajudaria a estabilidade política e nem a construção da democracia na região – disse Mercadante à Agência Senado.

Para que a Venezuela se torne membro pleno do Mercosul, o protocolo tem de ser aprovado pelos parlamentos dos quatro países do bloco e da própria Venezuela. A adesão já foi acatada pela Venezuela, Argentina e Uruguai e precisa ainda ser referendada pelo Paraguai e pelo Brasil. No caso brasileiro, o texto recebeu o voto favorável da Câmara.

Na opinião de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Chávez sai fortalecido do referendo. E, com ele, as chances de aprovação do protocolo de adesão de seu país ao bloco. O senador pergunta, porém, se a Venezuela pode ser considerada uma verdadeira democracia. E se o governo venezuelano tem cumprido as exigências técnicas para a integração econômica.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser contrário à reeleição ilimitada. Mas ressaltou que se trata de uma “decisão legítima” do povo da Venezuela. Ele afirmou ser “inteiramente favorável” ao ingresso da Venezuela.

– Alguns senadores poderão criar objeções, mas não a ponto de inviabilizar a aprovação do protocolo – previu Suplicy.

Presidente da Colômbia afirma que, nos últimos anos, quadruplicou o intercâmbio comercial com o Brasil, que pode se tornar em breve o maior investidor em seu país



Alvaro Uribe (E), presidente da Colômbia, acompanhado por José Sarney, chega para visita de cortesia ao Congresso

Uribe visita Senado e destaca avanço de relações bilaterais

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, que está no Brasil para discutir os impactos da crise econômica internacional.

José Sarney destacou o crescimento das relações entre os dois países, ressaltando que a balança comercial alcançou hoje um nível que não se registrava há poucos anos.

Alvaro Uribe também registrou esse crescimento das relações bilaterais entre Colômbia e Brasil, que nos últimos anos chegou a quadruplicar, apesar de ainda haver “um grande superávit” em favor do Brasil, situação que o presidente diz ter “esperança de que se reverta”.

– Acredito que, se as coisas

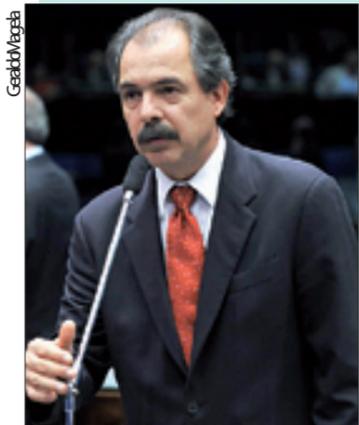
continuarem como estão, nos próximos dez anos o Brasil poderá vir a ser o primeiro investidor na Colômbia, ultrapassando Estados Unidos, Espanha e Inglaterra – revelou.

Na visita de cortesia ao Congresso, o presidente colombiano mencionou seu “esforço para a construção de um ambiente de confiança e com valores democráticos para estimular o investimento” em seu país.

– O empresário brasileiro é conhecido por sua responsabilidade social e é esse o tipo de investimento que a Colômbia quer atrair – afirmou.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presente ao encontro, ressaltou a “tenacidade no combate aos crimes cibernéticos” que observou em visita a Bogotá. Mão Santa (PMDB-PI) destacou o trabalho em favor da liberdade democrática na América Latina. Já Adelmir Santana (DEM-DF) registrou a força com que o presidente enfrenta o narcotráfico em seu país e se associou “à luta pela defesa dos interesses democráticos”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) enfatizou a libertação da ex-senadora Ingrid Betancourt e deu a Uribe um exemplar de seu livro Renda Básica de Cidadania. Já Gilberto Goellner (DEM-MT) mencionou a possível escolha da cidade de Cuiabá como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, afirmando que isso permitirá maior intercâmbio entre os dois países.



Mercadante lembra a tradição das relações com o país vizinho



Suplicy afirma ser favorável à aprovação do protocolo

Ideli e Neuto de Conto anunciam evento internacional de turismo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou a realização do 9º Congresso do Conselho Mundial de Viagem e Turismo (WTTC), que ocorrerá em Florianópolis entre 14 e 18 de maio. Será a primeira vez que a América Latina sedia uma reunião da entidade, que reúne os principais empreendedores mundiais do setor de turismo, explicou a senadora.

Recentemente, Ideli participou em Dubai, nos Emirados Árabes, de reunião organizadora do evento, quando manteve contato com representantes de diversos setores do turismo internacional. A expectativa, disse ela, é que o encontro de Florianópolis represente uma oportunidade para a realização de negócios no Brasil, tendo em vista que o país está “bem pre-

parado” para enfrentar a crise financeira global, na visão dos próprios empresários. Ideli frisou que teve contato em Dubai com grupos interessados em investir em hotéis em São Paulo, em Santa Catarina e no Nordeste.

Neuto de Conto (PMDB-SC) também comemorou a realização do congresso de turismo em Florianópolis. Ele destacou o “trabalho constante e permanente” do governador Luiz Henrique da Silveira para levar o encontro a Santa Catarina.

O senador leu carta do presidente do WTTC afirmando que Florianópolis receberá 700 líderes de todo o mundo, entre representantes de governo, de redes hoteleiras e de companhias aéreas, para discutir os rumos do turismo internacional.

Embaixador da China despede-se de Sarney

José Sarney recebeu ontem o representante da China no Brasil, embaixador Chen Duqing, que veio apresentar suas despedidas em razão de estar voltando para Pequim. Ao deixar o gabinete, o diplomata falou do relacionamento cordial que sempre manteve com Sarney e da dedicação de sua vida ao estreitamento das relações sino-brasileiras.

– Vim não só para cumprimentá-lo pela eleição para presidente do Senado, nem apenas para despedir-me. Lembramos um pouco da história. Tenho uma vida dedicada ao estreitamento das relações entre nossos países. Falamos da importância do presidente Sarney nesse relacionamento bilateral. O programa



Embaixador Chen Duqing (E) conversa com José Sarney na Presidência da Casa

de satélites lançados por Brasil e China começou no governo dele – disse o diplomata.

O programa que propiciou o desenvolvimento, lançamento, operação e exploração de satélites de sensoriamento remoto foi

assinado em 1988, no governo Sarney. Com esses satélites, é possível monitorar oceanos, rios e florestas, o que possibilita melhor previsão de desastres naturais, como enchentes e queimadas.

Deputados italianos pedirão hoje extradição

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h30, deputados da Associação Parlamentar de Amizade Itália-Brasil, que querem discutir o pedido de extradição do ex-ativista político Cesare Battisti, condenado na Itália pela morte de quatro pessoas. Battisti obteve o status de refugiado político no Brasil, concedido pelo ministro da Justiça, Tarso Genro.

O encontro foi agendado pelo deputado Maurício Trindade (PR-BA), a pedido do presidente da associação, o deputado italiano Domenico Scilipoti, que ontem esteve no Ministério da Justiça, onde entregou carta reiterando a posição do Congresso italiano a favor da extradição de Battisti.

Participarão também do encontro o deputado italiano

Carlo Monai; o secretário da Associação Itália-Brasil no Parlamento italiano, Carlo Pirillo; e os deputados Maurício Trindade e Aline Correa (PP-SP), da Associação Parlamentar Itália-Brasil.

Mais cedo, às 11h, Sarney visitará o ministro Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Às 12h, receberá Clifford Sobel, embaixador dos Estados Unidos.



Valter Pereira afirma que colega de partido deve "separar o joio do trigo"

Valter Pereira pede que Jarbas prove denúncias

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou da tribuna que Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) deveria apresentar as "evidências e provas" de que "boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção", como sustentou em entrevista à revista *Veja*. Para Valter Pereira, da forma como Jarbas se expressou, "todos que exercem funções políticas representando o partido ficam sob suspeição".

— Se há uma parte que se liga à corrupção, certamente há uma outra que está comprometida com propósitos decentes e virtuosos. O ilustre companheiro não distinguiu as duas bandas. Para evitar que sua fala seja leviana, o eminente parlamentar tem o dever de separar o joio do trigo — disse Valter Pereira.

O senador lembrou que o deputado Ulysses Guimarães proclamava que "a corrupção é o cupim da República". Ele disse concordar com a afirmação, acrescentando que os partidos políticos "não estão imunes à presença desse cupim".

— Qual foi o partido que não teve alguma liderança envolvida em denúncia de corrupção? — questionou.



Gilvam Borges, que partido teve "notável desempenho" nas eleições de 2008

Gilvam: "Brasileiro se identifica com o PMDB"

Gilvam Borges (PMDB-AP) fez ontem um relato da história de seu partido, afirmando que "o notável desempenho" do PMDB nas eleições municipais de 2008 e a escolha do senador José Sarney (PMDB-AP) e do deputado Michel Temer (PMDB-SP) para presidirem as duas Casas do Congresso "ensejam reflexões sobre a agremiação que há mais de quatro décadas está arraigada no coração do eleitorado brasileiro".

Para Gilvam Borges, o PMDB é "o partido com o qual o eleitor brasileiro mais se identifica". afirmou que a escolha do presidente Sarney é "mais um indicativo da força política e da criatividade do PMDB". Ele enfatizou que "em 20 dos últimos 24 anos o Senado Federal foi presidido por um peemedebista", situação que se repete na Câmara.

O senador lembrou que o partido tem diretores em todas as 27 unidades da Federação e está organizado em 4.671 municípios. Tem 2,1 milhões de filiados e 15 milhões de simpatizantes. É maioria nas duas Casas do Congresso Nacional e elegeu 1.076 prefeitos nas eleições de 2008.



José Nery (E) e Mesquita Júnior ouvem Magno Malta (D)

CPI da Pedofilia aprova diligências e convocações

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia promoveu ontem sua primeira reunião em 2009. Foram aprovados 19 requerimentos para a realização de diligências, convocação de investigadores, convites a testemunhas e participação do colegiado em eventos sobre o tema. A reunião foi coordenada pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), e teve a participação dos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA), novo integrante da comissão no lugar do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A comissão aprovou diligências nas cidades de Coari e Manaus (AM), entre 20 e 22 de abril, para a tomada de depoimentos e para acompanhamento de investigações sobre exploração sexual de menores. Magno Malta adiantou que a CPI fará diligências nos próximos meses nos estados do Pará e da Pa-

raíba. Foram convocados representantes de operadores e administradores de cartões de crédito que atuam no Brasil para prestar esclarecimentos à CPI sobre mecanismos de controle do uso de cartões de crédito no comércio de pornografia infantil. Foram convocados para prestar esclarecimentos o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse aos jornalistas que todos os líderes presentes apelaram para o entendimento respeitando o critério da proporcionalidade das bancadas. Ele lembrou que, conforme esse critério, o PMDB tem o direito de fazer a primeira escolha (que seria a Comissão de Assuntos Econômicos); o DEM faz a segunda escolha (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania); o PSDB faz a terceira (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional); e o PT viria em quarto lugar (com a CI). O PTB viria em sétimo ou oitavo lugar.

— Todos nós, com exceção do PTB, queremos manter a regra da proporcionalidade porque, se quebrarmos essa regra, poderemos transformar o Senado num campo de batalha por algum tempo e isso pode ser muito ruim. O problema é que os acordos foram feitos na eleição com produtos que agora não podem ser entregues — afirmou Casagrande.

Líderes não chegam a acordo sobre presidência de comissões

O PTB QUER ver o senador Fernando Collor (PTB-AL) na presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), mas o PT — já havia indicado a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para o cargo. Com isso, a reunião das lideranças partidárias, organizada pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), terminou ontem sem acordo para indicação de presidentes de comissões. O processo de escolha para as demais comissões ficou emperrado.

Ao sair da reunião, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse aos jornalistas que todos os líderes presentes apelaram para o entendimento respeitando o critério da proporcionalidade das bancadas. Ele lembrou que, conforme esse critério, o PMDB tem o direito de fazer a primeira escolha (que seria a Comissão de Assuntos Econômicos); o DEM faz a segunda escolha (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania); o PSDB faz a terceira (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional); e o PT viria em quarto lugar (com a CI). O PTB viria em sétimo ou oitavo lugar.

— Todos nós, com exceção do PTB, queremos manter a regra da proporcionalidade porque, se quebrarmos essa regra, poderemos transformar o Senado num campo de batalha por algum tempo e isso pode ser muito ruim. O problema é que os acordos foram feitos na eleição com produtos que agora não podem ser entregues — afirmou Casagrande.



"Somos todos da base governista e estamos conversando", diz Gim Argello, ao sair da reunião promovida pelo líder do governo, Romero Jucá (acima)

afirmou Casagrande.

O líder do PR, senador João Ribeiro (TO), disse que o partido defende o respeito ao critério da proporcionalidade. Ele disse que vai trabalhar para que não seja preciso decidir no voto a presidência da Comissão de Infra-Estrutura e garantir o princípio democrático da representação das minorias. O senador manifestou confiança em um entendimento.

— Todo acordo é bem-vindo. Evidentemente que, por negociação, é possível fazer outras opções, mas desde que se respeite a proporcionalidade. Sem esse princípio, tanto na Mesa como nas comissões, fica muito difícil a vida no Parlamento — assinalou.

O líder do PTB, Gim Argello (DF), disse que a disposição do seu partido é que Collor seja o presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

— Somos todos da base [governista] e estamos conversando e alinhando todos os partidos. Tem o problema do PR, tem o problema do PDT. Nós estamos alinhando isso — declarou.

seu partido ocupar a quarta posição na escolha de presidência de comissão, conforme o critério da proporcionalidade. Ele disse que vai trabalhar para que não seja preciso decidir no voto a presidência da Comissão de Infra-Estrutura e garantir o princípio democrático da representação das minorias. O senador manifestou confiança em um entendimento.

— Todo acordo é bem-vindo. Evidentemente que, por negociação, é possível fazer outras opções, mas desde que se respeite a proporcionalidade. Sem esse princípio, tanto na Mesa como nas comissões, fica muito difícil a vida no Parlamento — assinalou.

O líder do PTB, Gim Argello (DF), disse que a disposição do seu partido é que Collor seja o presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

— Somos todos da base [governista] e estamos conversando e alinhando todos os partidos. Tem o problema do PR, tem o problema do PDT. Nós estamos alinhando isso — declarou.

Indefinição aprofunda desgaste, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR), que havia cobrado ontem, da Mesa do Senado, a realização da reunião de lideranças para definir os indicados à direção das comissões técnicas, observou que a indefinição dos novos dirigentes aprofundou o desgaste da Casa na opinião pública.

O senador disse estranhar a situação, já que o Senado Federal é, por tradição, a "Casa da conciliação", que "chega a soluções internas sem disputa".

Alvaro anunciou que o PSDB mantém sua posição de não participar de nenhuma votação em Plenário enquanto permanecer a indefinição sobre a presidência das comissões permanentes.



Ideli e Simon criticam atraso e querem reinício dos trabalhos

Paim, Ideli, Papaléo e Simon cobram acordo de líderes

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Ideli Salvatti (PT-SC), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) cobraram dos líderes partidários a celebração de um acordo para a escolha dos presidentes das comissões permanentes que possibilite o início dos trabalhos o mais breve possível.

— Nós vamos respeitar a proporcionalidade e a escolha de todos os partidos, e vamos permitir que se possa voltar a trabalhar antes do Carnaval — afirmou Paim.

Ideli Salvatti disse temer que o atraso na indicação dos presidentes das comissões impeça o Senado de participar de consulta pública a ser promovida pelo Ministério de Minas e Energia para definição de portaria sobre leilão de concessão de energia

TSE mantém cassação de Cássio Cunha Lima

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve na noite de ontem a cassação do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), e do vice, José Lacerda Neto (DEM). A corte negou recursos por eles apresentados contra a cassação, que havia sido decretada em 20 de novembro último, pela prática de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006.

Os ministros confirmaram que deverá assumir o governo estadual o senador José Maranhão (PMDB), que ficou em segundo lugar no pleito. Mesmo podendo recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal, Cássio Cunha Lima terá que deixar o cargo imediatamente, tão logo a decisão seja comunicada ao TRE paraibano. (Com Agência Brasil.)



Cícero Lucena leu mensagem enumerando realizações do governo paraibano

Lucena esperava que Cássio ficasse no cargo

Falando à tarde em Plenário, antes da decisão do TSE mantendo a cassação, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou fé em Deus e confiança na Justiça no sentido de que seria preservado "o direito sagrado da democracia" e que Cássio Cunha Lima poderia continuar governando o estado da Paraíba.

O senador leu um longo trecho da mensagem do governador dirigida este ano à Assembleia Legislativa na abertura dos trabalhos, em que enumerou as obras realizadas e o ajuste financeiro empreendido pelo governo estadual.



Efraim: TSE aceitou ouvir todos os vices em ações contra outros governadores

Efraim confiava em que vice fosse ouvido

Efraim Moraes (DEM-PB) sustentou, em discurso, que o TSE poderia cometer seu maior erro se não concordasse que o vice-governador da Paraíba, José Lacerda, fosse ouvido no processo de cassação de Cássio Cunha Lima. Observou que o TSE aceitou ouvir todos os vices em processos contra outros governadores, exceto no caso da Paraíba.

O senador lamentou que o Tribunal Regional Eleitoral do seu estado tenha negado ao vice o direito de apresentar defesa no processo. Para Efraim, o tribunal superior não poderia incorrer no mesmo erro.



Conforme Agripino, logística da inauguração feita por Lula custou mais que a obra em si

José Agripino critica inauguração no RN

José Agripino (DEM-RN) afirmou que o aparato logístico para que o presidente Lula inaugurasse, no sábado, um tanque para criação de tilápias e uma plantação de mamão em Ceará-Mirim (RN) custou mais do que as obras inauguradas.

O líder do DEM disse que esperava que Lula fosse ao estado anunciar medidas referentes ao assentamento rural que ocupa hoje a área da extinta fazenda Mossoró Agroindustrial (Maison). O assentamento foi criado há cinco anos e, na época, Lula teria dito que aquele seria "o mais exitoso assentamento rural talvez no mundo inteiro".

Por falta de assistência, apontou o senador, as pessoas assentadas sobrevivem da venda de cobre arrancado dos transformadores deixados pela Maisa. — Lá o que existe é de uma grande quantidade de pessoas filiadas ao Bolsa Família — afirmou Agripino.



Marisa Serrano afirma que capital tem infraestrutura, boa localização e resultados no combate à violência

Marisa Serrano quer Copa em Campo Grande

Em pronunciamento na noite de ontem, Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu a candidatura da capital de seu estado, Campo Grande, para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Ela registrou a mobilização da população campo-grandense diante da reivindicação, que foi apresentada à Federação Internacional de Futebol (Fifa).

De acordo com a senadora, Campo Grande reúne uma série de características que a qualificam para receber o evento, como infraestrutura adequada, excelentes resultados no combate à violência e boa localização.

— Queremos a Copa para garantir que o nosso nome seja falado no Brasil e no mundo; para mostrar que 65% do Pantanal estão no nosso território; que temos uma economia pujante; que somos o estado da integração latino-americana — argumentou.

Flexa Ribeiro reclama de governadora do Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, de fazer "propaganda mentirosa de obras que não existem" ou que foram realizadas pelos governadores que a antecederam. Segundo o senador, o governo paraense pagou um encarte em jornais no qual diz que colocou para funcionar hospitais regionais em Santarém, Marabá, Altamira e Redenção, quando na verdade eles foram inaugurados no final do governo anterior. O senador afirmou que a administração de Ana Júlia demorou mais de um ano para colocar os hospitais em funcionamento.

Flexa Ribeiro também criticou o governo federal por ter incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) obras no valor de R\$ 142 bilhões, quando na verdade são projetos antigos ou que serão executados por empresas privadas. O parlamentar sustentou que o programa tem sido usado pelo governo para promover a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que deve ser lançada como candidata do PT à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010.

— A ministra Dilma não pode mais ser chamada de ministra. É candidata. Com tantas viagens pelo país, como pode a candidata Dilma ser ministra? — questionou Flexa Ribeiro.



Segundo Marcelo Crivella, muitos gestores municipais não conhecem os programas sociais do governo federal

Crivella anuncia manual para orientar prefeitos

Em discurso feito ontem, Marcelo Crivella (PRB-RJ) comunicou que o seu gabinete elaborou um manual destinado a orientar os prefeitos que tomaram posse em 1º de janeiro, tendo em vista que muitos deles não estão familiarizados com os programas sociais do governo federal.

O senador explicou que o manual foi elaborado com linguagem clara e sucinta, resumindo os programas e ações do governo que dispõem de recursos no Orçamento da União à disposição dos prefeitos. O manual elenca ainda os projetos de todos os ministérios e órgãos federais que têm convênios celebrados com prefeituras municipais. Crivella disse que a proximidade entre o governo federal e as prefeituras teve início no governo Lula, destacando a presença do presidente em encontro que reuniu prefeitos municipais em Brasília na semana passada.



Projeto de Renato Casagrande prevê até dois anos de detenção para quem constringer calouro

Casagrande defende projeto contra trote

Diante das denúncias recentes de trotes violentos contra calouros de universidades, Renato Casagrande (PSB-ES) pediu pressa na análise de projeto de sua autoria que altera o Código Penal e o Código Penal Militar para prevenir o crime de trote vexatório (PLS 404/08).

No Código Penal, proposta descreve como crime o ato de constringer um calouro a praticar ato vexatório ou contrário aos bons costumes. A pena sugerida é de detenção de seis meses a dois anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada, como agressão ou assassinato. Já a alteração no Código Penal Militar classifica como crime o constringimento de calouro de estabelecimento de ensino ou treinamento militar. A pena é a mesma proposta para o Código Penal. A matéria aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça, onde terá decisão terminativa.

Do total, R\$ 36,8 milhões referem-se à redução de aquisições e contratações de serviços e R\$ 6 milhões serão poupados com a eliminação de novas obras

Sarney anuncia cortes para reduzir gastos do Senado

OS CORTES A serem realizados pelo Senado para reduzir 10% do orçamento de custeio e investimento da instituição foram anunciados ontem pelo presidente da Casa, José Sarney, em entrevista coletiva. A redução foi um compromisso assumido no dia de sua posse no cargo.

Segundo Sarney, foram cortados R\$ 4,5 milhões com impressos da Gráfica do Senado que não são de atividade dos parlamentares e da Casa; R\$ 1,5 milhão em diárias e passagens para cursos e diárias de servidores; R\$ 6 milhões com a eliminação de novas obras; R\$ 1,2 milhão com a redução de 300 dos 3 mil ramais; e R\$ 36,8 milhões com a redução de aquisições e demais contratações de serviços.

Além disso, o presidente assinou novo ato determinando às 39 instituições bancárias que atuam no Senado, especialmente na concessão de empréstimos consignados para servidores, que reduzam as taxas de juros praticadas para 1,6% ao mês. De acordo com o parlamentar, há bancos que cobram até 4,6% ao mês dos mais de 4.100 funcionários que utilizam esse recurso, entre ativos, inativos e comissionados da Casa, que tem 6.800 funcionários no total. São R\$ 12,5 milhões descontados mensalmente da folha de pagamento.

– Essa é uma medida de co-

laboração que estamos dando para o decréscimo dos juros no país – afirmou.

Sarney anunciou ainda que a Casa fará “um estudo completo” para reduzir “drasticamente” o número de órgãos do Senado, que detém 36 secretarias. Ele se mostrou simpático à decisão da Câmara dos Deputados de revelar a prestação de contas dos parlamentares da verba indenizatória de R\$ 15 mil e prometeu colocar o assunto em pauta na próxima reunião de líderes.

– Não devemos ter nada a esconder – declarou.

Sarney também anunciou em Plenário os cortes que serão feitos no orçamento da Casa.

Temer recebe pedido em favor de aposentados

Em resposta a apelo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o presidente do Senado, José Sarney, informou ontem que já comunicou ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, as solicitações dos senadores pela apreciação naquela Casa dos projetos que tratam de modificações nos cálculos dos benefícios de aposentados e pensionistas.

– Eu já remeti ao presidente da Câmara um expediente no sentido de que ele ouvisse as solicitações dos senadores e, ao mesmo tempo, me solidarizando com as reivindicações dos meus eminentes colegas – disse.

Pouco antes, durante a sessão plenária, Flexa Ribeiro havia pedido que Sarney solici-



Flexa Ribeiro: pedido a Sarney para que Câmara vote fim do fator previdenciário

tasse a Michel Temer a inclusão na pauta de votações dessas proposições, que já foram

aprovadas pelo Senado.

Nos últimos dias, Paulo Paim (PT-RS) e Mário Couto (PSDB-PA) fizeram a Sarney pedido semelhante.

Um dos projetos que os senadores desejam ver votados na Câmara é o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário. Outro refere-se à emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que estende aos beneficiados pagos a aposentados e pensionistas a mesma política de reajuste aplicada ao salário mínimo. Há também o PLS 58/03, que recompõe o valor das aposentadorias de modo que os benefícios voltem a valer o mesmo número de salários mínimos que na data de sua concessão.

Mão Santa pede atenção aos aposentados



Mão Santa defende recomposição das perdas salariais das aposentadorias

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo federal pelo que disse considerar um “descaso com os aposentados”.

O senador defendeu o fim do fator previdenciário, como estabelece o projeto de Lei do Senado 296/03, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), e a recomposição das perdas salariais das aposentadorias, conforme o PLS 58/03. Ambas as matérias tramitam na

Câmara dos Deputados.

– Há 26 milhões de aposentados no país. Eles têm direito, trabalharam por isso, passaram a vida economizando para gozar da vida depois da aposentadoria. Eles pagaram, descontaram de seus salários. Trinta anos, quarenta anos. Eles se sacrificaram. Pagaram para usufruir sobre dez salários, e estão ganhando sobre cinco – disse.

Inácio Arruda comemora a ampliação da Transnordestina

Inácio Arruda (PCdoB-CE) relatou visita, na semana passada, às obras da Ferrovia Transnordestina no Ceará e em Pernambuco. Para o senador, a ampliação e conclusão da ferrovia “vai permitir um salto na economia da região”, além de aumentar a média de velocidade dos trens nordestinos e facilitar o escoamento da produção de minérios e grãos do Nordeste.

O parlamentar comunicou a conclusão da etapa inicial de 96 quilômetros da ferrovia, de Missão Velha até Salgueiro (PE), e a expedição da ordem de serviço para um novo trecho de 164 quilômetros, dentro de Pernambuco, criando as condições para que, em um ano, no máximo, seja concluída a etapa que liga o Porto de Suape ao Porto de Pecém, no Ceará, passando pelo Piauí. Em seguida, na próxima etapa, será feita a interligação com a Ferrovia Norte-Sul.

– Vai ser um grande salto a gente alcançar, a partir da Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul.

Arruda informou que participaram da vistoria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; os



Obra permitirá ligação com a Ferrovia Norte-Sul, afirmou Inácio Arruda

governadores do Ceará, Piauí e Pernambuco; e os ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, entre outros.

– Como fruto do Programa de Aceleração do Crescimento, estamos assistindo ao renascimento da malha ferroviária nacional. A do Nordeste recebe um investimento que vai permitir uma velocidade de até 90 km/h em uma média nunca inferior a 70 km/h. Isso barateia os fretes.

João Pedro saúda reeleição ilimitada na Venezuela

A realização na Venezuela, no último domingo, de referendo que garantiu o direito à reeleição ilimitada para vários cargos públicos foi elogiada por João Pedro (PT-AM).

Um dos maiores beneficiados pela decisão popular foi o presidente Hugo Chávez, que dirige o país desde 1999. O senador disse que, se Chávez poderá se reeleger “eternamente”, governantes que fazem oposição ao presidente venezuelano também poderão.

– A emenda constitucional é para todos, prefeitos, governadores e o presidente. O prefeito de Caracas é da oposição. E se ele for um bom prefeito merece ser reeleito – afirmou.

João Pedro defendeu ainda a aprovação pelo Senado da participação da Venezuela no Mercosul. Segundo ele, é importante que “o Brasil, como liderança da América do Sul, respeite a decisão soberana do povo venezuelano e tenha com aquele país uma relação solidária e de integração”.



A entrada da Venezuela no Mercosul foi defendida por João Pedro

Em aparte, Inácio Arruda (PCdoB-CE) frisou que, no Brasil, o caminho da reeleição atualmente está consolidado. Renato Casagrande (PSB-ES) considerou justo o pleito da Venezuela de participar do Mercosul, mas disse ser contra o Brasil também permitir a eleição ilimitada para cargos do Executivo. Mão Santa afirmou que tal instituto iria ferir o princípio democrático da alternância de poder.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Romeu Tuma • Gerson Camata • Eduardo Azeredo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Alvaro: voto de aplauso para feira rural paranaense

Alvaro Dias (PSDB-PR) enviou ontem à Mesa requerimento de voto de aplauso à Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), no Paraná, pelo "sucesso extraordinário" alcançado com a realização da 21ª edição do evento Show Rural.

Segundo o senador, o Show é um dos maiores espetáculos do meio rural em todo o mundo. Nele são exibidos os avanços tecnológicos aplicáveis à agropecuária e as modernas práticas utilizadas pelos produtores.

Neste ano, mais de R\$ 700 milhões foram comercializados na exposição, apesar da crise mundial, com uma movimentação de público que superou 195 mil pessoas.

Papaléo pede criação de tribunal do Trabalho no AP

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem que o Judiciário instale um tribunal do Trabalho no Amapá. Ele argumentou que hoje a população do seu estado é obrigada a viajar "de barco, por um dia inteiro", até Belém, quando quer fazer um recurso em processo trabalhista. O Amapá está subordinado à 8ª Região da Justiça do Trabalho, com sede na capital do Pará.

O senador entende que "a força e o fundamento de uma Federação é a absoluta igualdade entre seus membros", sejam eles grandes ou pequenos, pobres ou ricos, e, quando falta essa igualdade, "a Federação perde parte de sua força, parte de sua legitimidade". Ele informou ainda que todo o estado do Amapá dispõe de apenas quatro varas do Trabalho, enquanto o vizinho Pará conta com 41.

Papaléo também não vê razões para a inexistência de tribunais do Trabalho nos estados do Acre, Roraima e Tocantins.

– Por que só os quatro estados da região Norte encontram-se nessa situação? – indagou o senador, ponderando que a instalação desses tribunais nos quatro estados "é relevante para que haja mais justiça social e maior desenvolvimento econômico".

O parlamentar observou que sua reivindicação não significa crítica à Justiça do Trabalho, pela qual tem admiração.



Papaléo Paes reclama que o Amapá tem apenas quatro varas trabalhistas

Senador sugere campanhas educativas para diminuir violência no trânsito e pede aprovação de projeto de sua autoria que tramita na Câmara dos Deputados

Azeredo quer todos os carros nacionais novos com *airbag*

A PROXIMIDADE DO Carnaval, período no qual aumenta o fluxo de automóveis nas estradas brasileiras e também cresce o número de acidentes com vítimas, motivou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a cobrar a aprovação de projeto de sua autoria que obriga a instalação de *airbag* duplo nos automóveis fabricados no Brasil. A matéria – que já passou pelo Senado – está pronta para ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O projeto de Azeredo determina a inclusão do dispositivo *airbag* para o motorista e o passageiro da frente entre os itens de segurança obrigatórios dos novos modelos de veículos fabricados, importados, montados ou encarroçados no Brasil. Se os deputados aprovarem a matéria, caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) determinar as especificações técnicas do equipamento e elaborar um cronograma de implantação.



Eduardo Azeredo afirma que obras das rodovias, transferidas para o PAC, continuam em ritmo lento

– Com a implantação dessa exigência vamos ter um investimento adicional no país. Hoje, os *airbags* são importados, mas, na medida em que eles se transformarem em item obrigatório, será necessária a implantação de fábricas no país. Vamos ter novos empregos neste momento de crise, em que o país busca garantir e ampliar os postos de

trabalho – disse Eduardo Azeredo.

O senador por Minas Gerais rebateu uma das críticas feitas por opositores à obrigatoriedade do *airbag*: a de que os automóveis encareceriam. Ele calculou que, se o dispositivo, que é importado, custa hoje R\$ 2 mil, poderá custar R\$ 1 mil se passar a ser fabricado no Brasil em larga escala.

Azeredo também pediu ao governo federal que melhore a malha viária do país. Ele lamentou que as obras das rodovias – mesmo tendo sua execução transferida para o âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – continuem em ritmo lento. O senador alertou ainda para a necessidade de campanhas educativas visando diminuir a violência no trânsito.

Camata cobra solução para terrenos de marinha

"Peço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que iguale os brasileiros, que pela Constituição devem ser iguais, mas que não estão sendo tão iguais como deveriam ser." O apelo foi feito por Gerson Camata (PMDB-ES), que defendeu a aprovação de emenda que apresentou à Medida Provisória 458/09. A MP trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras da União localizadas na Amazônia Legal. Camata quer que os terrenos considerados de marinha sejam incluídos na medida.

O senador também solicitou que o governo federal cumpra o que determina a Emenda Constitucional 46, de 2005. O dispositivo transfere para as prefeituras os terrenos de marinha situados em ilhas localizadas em zonas limítrofes com outros países e as que sejam sedes de municípios. Ele lamentou decisão da União de entrar na Justiça para não cumprir a emenda aprovada pelo Congresso.

Uribe

Gerson Camata classificou o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que ontem visitou o Congresso, de "grande político e grande líder da América Latina" e aplaudiu a luta desenvolvida contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

– Os narcotraficantes das Farc têm 7 mil prisioneiros inocentes carregados pela floresta, torturados e supliciados, e ninguém vê o Brasil levantar a voz contra isso. As Farc hoje são o grande fornecedor de cocaína, líder do tráfico no mundo.



Gerson Camata: "Ninguém vê o Brasil levantar a voz contra ação das Farc"



Osmar Dias defende a aprovação de projetos que gerem empregos

Osmar celebra aumento real do salário mínimo

Osmar Dias (PDT-PR) citou dados publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* segundo os quais o salário mínimo teve um aumento real de 46,05% entre 2003 e 2009. Somente o reajuste em vigor desde o último dia 1º, de 12,05% de aumento nominal e 6,39% de aumento real, irá irrigar a economia brasileira com mais R\$ 23 bilhões, destacou o senador, citando o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, de seu partido.

– O aumento do salário mínimo não beneficiará apenas os 40 milhões de trabalhadores da ativa e aposentados que ganham o salário mínimo, mas todos os trabalhadores que dependem do aumento do comércio e da produção no país – afirmou Osmar.

Ele lembrou ter sido o relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Projeto de Lei da Câmara 42/07, de autoria do Poder Executivo, que trata da valorização do salário mínimo entre 2008 e 2023. Esse projeto recebeu, na Comissão de Assuntos Sociais, emenda de Paulo Paim (PT-RS), que, em aparte, parabenizou o colega pelo pronunciamento.

Osmar Dias defendeu a aprovação, pelo Senado, de reformas que aumentem a produção e, conseqüentemente, a geração de empregos. Citou, como exemplo, o aumento do limite de faturamento para empresas que aderem ao Supersimples, hoje de R\$ 2,4 milhões. O senador disse que essas empresas são responsáveis por 60% dos empregos gerados no país.

– Se as empresas aumentarem o faturamento, saem do Simples e vão pagar mais imposto – afirmou Osmar Dias, que recebeu o apoio de Adelmir Santana (DEM-DF).



Segundo César Borges, processo começou na gestão de ACM

César Borges destaca ajuste fiscal na Bahia

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ressaltou o bom desempenho fiscal e a acertada política de investimentos do governo da Bahia entre 1995 e 2006, de acordo com César Borges (PR-BA). O estudo *Dívida dos estados 10 anos depois* avaliou a situação fiscal dos estados brasileiros após o processo de renegociação de suas dívidas.

No caso da Bahia, César Borges situa o início do ajuste fiscal em 1991, no governo Antonio Carlos Magalhães. De acordo com o senador, aquele foi um período de reorganização administrativa que permitiu a recuperação da capacidade de investimento.

Ele disse que o estado reduziu a dívida pública e alcançou uma média de investimentos de 20% do dispêndio total entre 1995 e 2006, o que permitiu avanços sociais como a construção de escolas e hospitais.



Rosalba disse que cinco pessoas foram mortas em Natal no fim de semana

Rosalba Ciarlini alerta para crise na segurança no RN

"A segurança pública no Rio Grande do Norte é mais uma área crítica, mais um setor onde a grande obra do governo foi a crise permanente, fruto da falta de planejamento e da incapacidade de gestão", disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN), ao informar que a imprensa noticiou a ocorrência de sete homicídios em Natal só no último final de semana. Ela lamentou que notícias como essa tornaram-se corriqueiras na imprensa potiguar.

Apesar de os índices de violência de Natal e do Rio Grande do Norte não serem tão alarmantes como os de outros estados e municípios, a senadora disse que, se não houver uma correção de rumo, a tendência é a situação piorar. Ela lembrou que o mesmo processo já ocorreu com a saúde e a educação públicas: as famílias procuram garantir sua segurança com alarme, cerca elétrica e vigilância particular.



Paim elogia iniciativa do governo de promover encontro com prefeitos

Paim espera que prefeitos honrem dívidas com o INSS

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que os prefeitos que obtiveram do governo o direito de repactuar suas dívidas com a Previdência Social por até 20 anos honrem seus compromissos financeiros. O benefício em favor dos municípios está previsto na Medida Provisória 457/08, editada na semana passada.

– Espero que todos os que parcelarem suas dívidas paguem corretamente a Previdência, para não prejudicar os verdadeiros donos dos recursos – disse.

A MP foi assinada durante o Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, promovido pela Presidência da República. O senador elogiou a iniciativa do evento e manifestou apoio especial ao aporte anunciado de R\$ 980 milhões, a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para compra de tratores e caminhões.

– Sempre defendi um Estado voltado para o município, especialmente nas últimas duas décadas, em que os municípios assumiram uma responsabilidade maior em relação às questões sociais – argumentou.

Participação

Paim lembrou que apresentou proposta (PEC 23/05) que prevê a regionalização das discussões voltadas à elaboração e à execução das leis do plano plurianual. A idéia, explicou, é instituir o orçamento participativo em nível federal.

– A meu ver, a melhor forma de gestão pública é aquela que inclui a participação popular no processo decisório; que permita melhorias no instituto da representação, dotando esse processo de maior legitimidade e eficácia, com o consequente encurtamento das distâncias entre as preferências e as necessidades públicas e a oferta de bens e serviços pelo Estado – afirmou.

Paim também registrou que já atendeu 405 dos 496 municípios gaúchos com suas emendas individuais, numa “ação suprapartidária”. Ele destacou o empenho do governo federal na liberação dos recursos, sobretudo, às causas sociais.

Em aparte, Flávio Arns (PT-PR) elogiou o governo pela realização do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas.

– Eles precisam de recursos – disse.

Arns acrescentou que o benefício da repactuação da dívida com a Previdência deveria ser concedido também às entidades do terceiro setor que lidam com saúde e educação.

Para ministro do Desenvolvimento Social, é preciso assegurar que os exames do conteúdo de cada instituição sejam realizados pelo ministério da área competente

Patrus pede novas regras para a certificação de filantrópicas

O MINISTRO DO Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, defendeu ontem durante visita ao presidente do Senado, José Sarney, a aprovação urgente de uma proposta que altere as regras para a certificação de entidades filantrópicas.

Em entrevista à imprensa logo após a visita, o ministro explicou que, para garantir os interesses nacionais e ético-morais com relação à atuação dessas entidades, é preciso resolver problemas que têm raízes históricas. O principal deles, destacou, diz respeito à atribuição do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) de analisar os pedidos de concessão ou de renovação dos certificados das instituições de assistência – a Medida Provisória (MP) 446/08, rejeitada na Câmara, distribuiu essa competência aos ministérios, de acordo com a área de cada entidade filantrópica.

– Precisamos assegurar que os exames de conteúdos de cada instituição sejam realizados pelo ministério da área competente. Não é bom que um órgão paritário e não subordinado ao Estado brasileiro, como o Conselho Nacional de Assistência Social, possa emitir certificados de filantropia – afirmou Patrus Ananias.

Quanto à recente renovação automática, pelo governo federal, de quase 8 mil certificados de entidades assistenciais, o



Em encontro com Sarney, Patrus (E) defende urgência para votação de proposta

ministro do Desenvolvimento Social informou que não se trata de anistia geral, pois os vários órgãos de fiscalização existentes – a exemplo do Departamento de Polícia Federal (DPF), dos tribunais de contas estaduais, da Receita Federal do Brasil e do Ministério da Fazenda, entre outros – continuam tendo seus espaços de atuação.

Com relação ao projeto de lei (PLS 462/08) apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR) sobre

o assunto tratado na MP, Patrus Ananias afirmou que Sarney comprometeu-se a conversar com o senador por Roraima para obter informações sobre a proposição. Ao lembrar que na Câmara tramita outro projeto sobre entidades filantrópicas, o ministro disse que o importante, no momento, é aprovar uma proposta que transfira a concessão de certificação dessas instituições aos respectivos ministérios.

Arns defende aprovação de uma lei que possa coibir “falcatruas”

O senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu a incorporação do projeto do Senado que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social (PLS 462/08) à proposta do Executivo que trata da mesma matéria e institui o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (PL 3021/08).

O primeiro tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) – nesta última em caráter terminativo. O outro encontra-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

– O mais adequado é que o

[projeto] 462 seja apreciado, tenha aval desta Casa, possa ir para a Câmara dos Deputados e lá ser incorporado ao 3.021, relatado pelo [deputado] Gastão Vieira. E que depois o 3.021 venha para o Senado, para ser apreciado. Vamos ter uma lei que ajude, que coíba o que não é certo, a falcatrua, mas que valorize e que prestigie quem faz um bom trabalho.

Flávio Arns, que é relator na CAS da proposta de Jucá, ressaltou que essa proposição vai beneficiar milhares de entidades que atuam na área social, a exemplo de 2 mil hospitais filantrópicos e mais de 2 mil associações de Pais e Amigos dos



Arns sugere incorporação da proposta de Jucá ao projeto do Poder Executivo

Excepcionais (Apaes), além das pastorais da Criança.

Romero Jucá apresentou o projeto como forma de contornar a devolução ao Executivo, pelo então presidente do Senado, Garibaldi Alves, da medida provisória que alterava as regras para certificação de entidades filantrópicas.

Vereadores querem manutenção de repasses

Vereadores de 12 capitais brasileiras foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram que o Congresso não reduza os repasses orçamentários destinados às câmaras municipais. Eles afirmaram que desejam participar dos debates em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC

47/08) do senador César Borges (PR-BA) que fixa o percentual do orçamento municipal que pode ser gasto pelas câmaras de vereadores.

Reunidos no gabinete da Presidência do Senado, os vereadores disseram que, no formato atual, a proposta reduz drasticamente os recursos, provocando uma

perda, em média de 60%, nos repasses para as câmaras das capitais.

– Com um corte desses, não conseguiremos sequer pagar a folha de pessoal – avaliou a presidente da Câmara de Belo Horizonte e coordenadora do Fórum dos Presidentes de Câmaras das Capitais, vereadora Luzia Ferreira.

Três projetos de Colombo aliviam finanças estaduais

Com o objetivo de beneficiar as finanças dos governos estaduais e do Distrito Federal, Raimundo Colombo (DEM-SC) apresentou três projetos que se encontram na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde serão votados em decisão terminativa.

As três matérias acrescentam artigos à Lei 9.496/97. Uma das propostas prevê o refinanciamento das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União (PLS 13/09), outra determina que 10% dos juros cobrados sobre tais débitos serão transferidos para fundos de estabilização econômica dos estados (PLS 14/09) e a terceira redefine as regras de indexação dessas dívidas (PLS15/09).

O senador argumenta que “a Constituição, assim como o arcabouço jurídico instituído no país a partir do Plano Real, não oferece instrumentos aos estados e ao DF para que possam enfrentar o momento de crise sem que possam vir a ter suas finanças completamente desorganizadas”.

Burocracia federal impede progresso, afirma Dornelles

As normas burocráticas emitidas pela administração pública federal, segundo Francisco Dornelles (PP-RJ), atrapalham o recebimento de recursos orçamentários pelos municípios.

De acordo com o senador, para se beneficiar das emendas parlamentares ao Orçamento da União, ou de verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os municípios são obrigados a apresentar 13 certidões: de arrecadação de tributos; negativa de débitos; regularidade previdenciária; regularidade fiscal; prestação de contas de convênio; tributos e contribuições federais; de créditos não quitados do setor público federal (Cadin); de pagamentos de empréstimos e financiamentos; de educação; de saúde; gestão fiscal; contas anuais; e execução orçamentária.

Dornelles reclamou ainda da incoerência dos prazos de validades desses documentos, uns vencendo em um ano e outros em seis meses. “Como a Caixa Econômica Federal leva de dois a três meses para examinar um projeto, ocorre com frequência de uma certidão expirar e o projeto ficar emperrado”.

– Esse problema está impedindo o progresso do país – disse.



Dornelles: município deve apresentar 13 certidões para receber recursos